

Estado e dinâmica da educação superior: um olhar para os Estados Unidos

Fábio José Garcia dos Reis

Março de 2010

No Brasil, cabe ao Estado supervisionar, controlar, avaliar, elaborar políticas, autorizar, reconhecer e credenciar os cursos e instituições de educação superior (IES). O Estado é o agente que normatiza e dinamiza o sistema de educação superior. O papel central do Estado fomenta uma série de discussões entre gestores públicos e privados, entre intelectuais e consultores envolvidos com a educação superior.

A centralização do poder no governo federal é uma tradição brasileira e nos remete à formação histórica do país. Temos em nossa história governos em que o executivo criou mecanismos de exercer o poder, via decretos e atos normativos instituídos, sem a necessária discussão. No que se refere à educação superior, o Ministério da Educação (MEC) é o agente da decisão e centralização. Se a postura do MEC fosse adequada em relação às diretrizes normativas, provavelmente teríamos um sistema educacional mais competitivo e eficiente.

A competitividade pode ser medida, por exemplo, pela capacidade de produção de conhecimento e inovação tecnológica reconhecida internacionalmente. Nossas universidades não ocupam uma posição de destaque no cenário internacional. Obviamente, temos exceções, como a USP, UNICAMP, UNESP, UFRJ, UFRS e UNB. É preciso reconhecer que ocupamos uma posição intermediária nos rankings internacionais.

No que se refere à eficiência, temos pouca tradição de governança e gestão de nossas IES, de prestação de contas e do uso adequado dos recursos humanos e financeiros. Nossas universidades federais e privadas não são conhecidas pela governança e gestão e, de modo geral, os problemas

financeiros são temas recorrentes em nossas IES. A expansão das universidades públicas demonstra que o governo não projetou a expansão de forma adequada, o que trás uma série de problemas de gestão das universidades.

O jornal “Estado de São Paulo” publicou no dia 28 de fevereiro uma reportagem sobre a expansão das universidades públicas. A expansão da oferta de vagas em instituições públicas é necessária, mas o atual governo promoveu a expansão sem a infraestrutura necessária. Como a reportagem afirmou, “uma geração de universitários está se formando em condições mais precárias do que gostariam”. Faltam professores e os projetos pedagógicos em alguns casos estão em elaboração. Laboratórios montados para 20 pessoas, são usados por 50 pessoas. O estudante Flávio Luiz B. Magalhães, da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), argumenta que no campus de Angicos “não há laboratórios e as aulas práticas são empurradas para frente”.

Em caso como esses, o que pensar sobre a competitividade e eficiência das universidades públicas criadas nos últimos anos? A expansão da oferta de vagas não pode ser realizada dessa forma. A expansão sem as condições necessárias contraria as normas do MEC, que exige infraestrutura, professores e projetos pedagógicos para autorizar a abertura de um curso ou de um IES.

Em função da importância da educação superior para o desenvolvimento econômico do país e de seu papel estratégico para a consolidação da cidadania e inovação, representantes dos diversos setores da educação superior precisam discutir e apresentar propostas para que o nosso sistema torne-se competitivo e eficiente. A globalização fomenta a competitividade e provavelmente os sistemas pouco competitivos estarão na periferia do sistema global. O Brasil pode tornar-se um país periférico.

Os Estados Unidos são o país onde as IES são, de modo geral, competitivas e eficientes. Precisamos conhecer como funcionam os sistemas de educação superior mais competitivos e o que torna suas IES instituições reconhecidas pela comunidade internacional. É obvio que há nos Estados Unidos instituições de qualidade duvidosa, mas isso é exceção. Entre as

diversas possibilidades que explicam o sucesso do sistema norte-americano, comento três.

A formação e consolidação dos Estados Unidos como potência mundial foi acompanhada pela dinâmica e valorização de suas IES, especialmente de suas universidades. As universidades sempre contribuíram para o desenvolvimento econômico, inovação e avanço da tecnologia, além disso, possuem uma relação consistente com o setor empresarial.

Outro fator importante é a diversidade e a descentralização do modelo norte-americano. O Estado federal não é um agente centralizador, pelo contrário. O US Department of Education declara que não é sua função estabelecer IES, interferir nos currículos, determinar os parâmetros de qualidade ou desenvolver testes ou avaliações nacionais. Cabe ao Department assegurar o acesso, garantir políticas de financiamento, fomentar a pesquisa nas universidades, combater a discriminação e o “diploma mill”, oferecidos por IES não acreditadas, mercantilistas e que operam sem supervisão.

O terceiro fator importante é o processo de descentralização da acreditação. Nos Estados Unidos, há seis agências regionais de acreditação reconhecidas pelo American Council on Higher Education (CHEA). As agências regionais são independentes e estabelecem seus parâmetros. A CHEA é um conselho não governamental que tem como objetivo fortalecer os processos de acreditação, defender a implementação da qualidade acadêmica nas IES, reunir as agências regionais e combater o “diploma mills e a “accreditation mills”.

Acredito que para contribuir com o crescimento da economia do país, da produção do conhecimento e da inserção social, as IES precisam ter uma oferta acadêmica consistente. O objetivo de uma IES não pode ser unicamente o lucro, mas sim a formação profissional, social e cidadã. Antes de ser um negócio, a educação superior tem o papel de formar pessoas qualificadas. É nesse sentido que as universidades norte-americanas contribuem com o desenvolvimento do país. O objetivo último de uma IES não pode ser a capacidade de adaptar-se ao mercado educacional. A preocupação tem que estar na qualidade da oferta acadêmica.

No que se refere ao papel do Estado, entendo que o Brasil não tem um sistema educacional consistente no que se refere à qualidade acadêmica, e, por isso, o Estado precisa exercer um papel de supervisão do sistema. O mercado educacional avançou antes de o sistema ter a maturidade para oferecer serviços acadêmicos que possam garantir a própria qualidade do sistema.

De modo geral, as empresas educacionais que estão em fase de expansão, consolidação e que possuem fins lucrativos, tendem a instituir modelos homogêneos, que se contrapõe a riqueza da diversidade acadêmica. Tendem também a implementar estruturas acadêmicas e administrativas em que o foco principal é o lucro e não a formação das pessoas. Esse cenário contribui para que o nosso sistema seja pouco competitivo e inovador. A grande inovação das empresas está na governança e gestão empresarial.

Os processos de avaliação do Brasil são o “calcanhar de Aquiles” do governo. Em sua concepção inicial, o sistema nacional de avaliação da educação superior é consistente e trouxe avanços, mas, na prática, o sistema proposto em 2004 foi parcialmente modificado e tornou-se um sistema que foi legitimado pela força do Estado.

Os seis Estados (New Hampshire, Rhode Island, Connecticut, Massachusetts, Maine e Vermont) que formam a região da Nova Inglaterra constituíram a New England Association of Schools and Colleges (NEASC) que tem como objetivo ser uma associação que promove a auto-regulamentação do sistema educacional e busca assegurar a melhoria contínua e a qualidade das instituições do sistema educacional através do processo de acreditação. O NEASC faz a acreditação dos diferentes níveis de ensino, do ensino infantil à educação superior, e possui seis comissões, uma para cada nível de ensino. Essa é a alternativa para o Brasil: descentralizar o processo de avaliação.

A competitividade do sistema norte-americano e a eficiência de suas melhores IES, em um ambiente globalizado, precisa ser compreendido pelos gestores públicos e privados de nossas IES, assim como é necessário conhecer todos os outros sistemas competitivos e eficientes que apresentam resultados internacionais. Espera-se um Estado que não atue como agente

centralizador, mas sim como agente estratégico, capaz de supervisionar e dialogar com as melhores experiências internacionais.

O NESC é uma associação em que os parâmetros de acreditação são qualitativos e legitimados pela comunidade acadêmica. O processo de acreditação não resulta em rankings e não são burocratizados e de longa duração.

A Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD) tem bons estudos internacionais sobre competitividade e inovação. Há também relatórios da UNESCO e Banco Mundial, e, da mesma forma, há fóruns de discussão internacional com pouca participação do Brasil. Somos um país em que parcela dos gestores públicos se destaca pelo discurso e posturas ideológicas e parcela dos gestores do setor privado está pouco interessada na formação de um sistema educacional competitivo e de qualidade.

O Brasil perde-se em longas discussões políticas, marcadas por interesses do capital e posturas ideológicas. Em meio às discussões, o MEC exerce o poder através de atos normativos que demonstram o poder do Ministro e os poucos diálogos com o setor privado. Para nós que atuamos no setor de educação superior, com certeza, não é esse governo republicano e federativo que sonhamos.